



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/CGAP/DIREX/PF
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08200.019057/2023-32

Aquisição de peças e componentes para as aeronaves Esquilos

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Contratação de empresa homologada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), visando o fornecimento, sob demanda, que pode se efetivar mediante solicitação de cotação para compra direta ou mediante solicitação de compra por *exchange*, por um período inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, materiais originais (PEÇAS e COMPONENTES aeronáuticos) novos ou reconicionados/recertificados (*no caso da troca standart/exchange*) a serem aplicados nas células, transmissão e/ou motores por ocasião das intervenções preventivas e/ou corretivas, aplicação de cartas e/ou boletins de serviço, para atender as necessidades de manutenção das aeronaves de asas rotativas operadas pelo Coordenação de Aviação Operacional, quais sejam, 05 (cinco) aeronaves de asas rotativas, sendo 03 (três) do modelo AS350 B2, e mais 02 (duas) do modelo AS355N, fabricadas pela AirBus Helicopters, mediante as exigências, especificações e condições estabelecidas no presente documento.

1.2. Todas as aeronaves que sobrevoam o espaço aéreo brasileiro estão sujeitas ao Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e às Regulamentações Brasileiras de Aviação Civil. Especificamente o RBAC-nº 43, determina execução de um programa de manutenção cujas intervenções ocorrem, de acordo com: número acumulado de horas voadas, inspeções calendáricas, inspeções anuais de manutenção; e/ou correção de eventuais discrepâncias.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
CAOP/CGAP/DIREX/PF	GUILHERME LOPES MADDARENA

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para o atendimento aos requisitos, os eventos de manutenção das aeronaves necessitam, fundamentalmente, da substituição de PEÇAS e COMPONENTES, o que poderá ocorrer em decorrência dos eventos classificados em três categorias:

3.1.1. MANUTENÇÃO PROGRAMADA, ou seja, aquelas que estão contidas no programa de manutenção recomendado pelo fabricante;

3.1.2. MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA, ou seja, as que podem ocorrer a qualquer momento e;

3.1.3. MANUTENÇÃO POR TEMPO LIMITE, na qual um componente deverá ser substituído antes de atingir um limite expresso em:

3.1.3.1. Horas de voo;

3.1.3.2. Tempo calendárico;

3.1.3.3. Número de ciclos ou operações.

3.2. Importante frisar que a interrupção do fornecimento de PEÇAS e/ou COMPONENTES, compromete as atividades operacionais desenvolvidas por essa Coordenação de Aviação Operacional, nas quais se utilizam as aeronaves citadas no presente Termo de Referência.

3.3. Ademais, cabível frisar, que duas das aeronaves esquilo da frota do CAOP (PT-HZH e PR-LEE) não foram integradas com as adaptações de segurança necessárias para o voo policial, por serem advindas de apreensão e perdimento judicial, sendo necessária a aquisição de itens para sua adequação;

3.4. Quanto a frota que fora adquirida no escopo do projeto de voo policial, PR-HFA, PR-HFC e PR-HFD, serão necessários, doravante, frente a aquisição deles no ano de 2002, a substituição de itens aeronáuticos que foram descontinuados pelo fabricante e itens economicamente inviáveis, sendo necessária a aquisição de itens atualizados para manter a segurança e a aeronavegabilidade.

3.5. Dessa maneira, pelas características do objeto há necessidade de contratações permanentes ou frequentes.

3.6. A aquisição de PEÇAS e COMPONENTES, é fundamental para viabilizar a continuidade do contrato de serviços aeronáuticos, o qual, por razões de economicidade, desde 2014 é objeto de processo licitatório apartado do contrato de fornecimento de serviços de manutenção, visa possibilitar as substituições necessárias à adequada concretização dos eventos de manutenção, de forma a manterem-se as condições de aeronavegabilidade e segurança dos helicópteros operados pela CAOP/CGAP/DIREX/PF, possibilitando o pronto emprego desses aparelhos nas atividades de suporte aéreo demandados por operações desencadeadas pela Polícia Federal.

3.7. Além disso, a aquisição de peças por meio de um contrato específico visa atender eventual ausência dos itens no ESTOQUE ESTRATÉGICO, sob administração do SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF, o qual tem por finalidade disponibilizar o material/componente no momento em que seja necessário e de imediato, conforme eventualidades que ocorram com as aeronaves, bem como mantém em pronta disposição alguns dos itens fundamentais mais caros para aquisição, mantendo-os livres das variações de seus preços e/ou da demora no envio dos itens após a compra.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. De acordo com pesquisa realizada, foi possível localizar mais de uma empresa interessada em participar de licitações cujo objeto consiste no fornecimento de peças e componentes para as aeronaves Esquilo, similares às operadas pela CAOP/CGAP/DIREX/PF, conforme quadro a seguir:

**TABELA 01 - FORNECEDORES PARTICIPANTES
EM CERTAMES SIMILARES**

INTERESSADO	CNPJ
Helibrás - Helicópteros do Brasil S/A	20.367.629/0006-96
Helisul Taxi Aéreo LTDA	75-543.611/0001-85

4.2. Conforme se pode inferir a partir dessa pesquisa, embora a revenda de peças e componentes das AERONAVES encontre-se centralizada em uma única empresa autorizada pelo fabricante, aparentemente há a possibilidade de uma segunda empresa adquirir as PEÇAS e COMPONENTES no mercado primário e revendê-las por preços menores do que os ofertados pela empresa autorizada, em razão de diferenças nos custos da logística de entrega no destino final, quais sejam, frete, encargos administrativos e seguro, dentre outros.

4.3. Assim sendo, tanto por aparentemente não haver exclusividade na revenda de PEÇAS e/ou COMPONENTES, como pela possibilidade de variação do preço final, que é a soma do valor do *PRICE LIST*, mais incrementos diversos, conforme a composição dos custos operacionais da empresa fornecedora, torna-se possível a modalidade de aquisição mediante a realização de processo licitatório.

4.4. Considerando que PEÇAS e/ou COMPONENTES de helicópteros são bens de consumo identificados por códigos referentes a cada parte, ou seja, o *PART NUMBER*, bem como pelo número de Série (*Serial Number*), código que individualiza os componentes fabricados permitindo o estabelecimento de padrões de qualidade objetivamente definidos e compreendidos pelo mercado especializado, sendo essa uma condição que atende aos requisitos previsto no Decreto que regulamente o Sistema de Registro de Preço justificando-se, portanto a opção pela modalidade Pregão Eletrônico.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Trata-se de aquisições de peças para 05 (cinco) aeronaves de asa rotativa, sendo 03 (três) do modelo AS350 B2, e mais 02 (duas) do modelo AS355N, fabricadas pela Airbus Helicopters;

Modelos das Aeronaves, ano de fabricação e matrícula		
Modelo	Ano de Fabricação	Prefixo
AS350B2	1995	PT-HZH
AS350B2	2002	PR-HFA
AS350B2	2013	PR-LEE
AS355N	2002	PR-HFC
AS355N	2002	PR-HFD

5.2. Os materiais a serem fornecidos deverão ser fabricados respeitando-se a legislação aeronáutica vigente no país, a fim de possibilitar a disponibilidade das aeronaves da referida Coordenação no atendimento das demandas apresentadas no âmbito da PF.

5.3. Considerando a dificuldade na exata quantificação de itens a serem adquiridos, a fim de fazer frente às discrepâncias ou desgastes antecipados de peças e/ou a eventos fortuitos causados pela operação policial, além do fato de que a aquisição de peças do último período pode diferir grandemente da previsão atual, tendo em vista que as aeronaves farão inspeções diferentes das executadas no passado e as discrepâncias ou desgastes antecipados de peças e/ou a eventos fortuitos do passado, não foi possível definir uma listagem objetiva para relacionar cada item a ser adquirido.

5.4. Entretanto essa quantificação pode ser mensurável em virtude da perspectiva de utilização da aeronave e das diretrizes do manual do fabricante.

5.5. A especificação dos itens a serem adquiridos baseia-se:

5.5.1. Na previsão de itens a serem consumidos nos próximos 12 (doze) meses em virtude das manutenções preventivas, calendárias e/ou por horas de voo da peça ou componente;

5.5.2. Na necessidade de composição de ESTOQUE ESTRATÉGICO administrado pelo SMAN/CAOP/CGAP/DIREX;

5.5.3. Discrepância constatada por desgaste, perda ou quebra do item a ser substituído;

5.5.4. Aquisição de itens para adaptação ao voo policial ou visando a substituição de itens defasados/descontinuados.

5.6. Considerando-se a série histórica entre 2014 a 2022, baseado em dados de estatística disponíveis na CAOP, as aeronaves Esquilo AS 350B2 e AS 355N que mais voaram atingiram uma em torno de 450 Horas de voo efetivo por ano.

5.7. Tendo em vista os aprimoramentos operacionais implementados no âmbito da CAOP, bem como nas demandas apresentadas diuturnamente a esta Coordenação, aliada a previsões concretas de instalação de bases avançadas para operação nas Regiões Norte, Sudoeste, Nordeste, e Sudeste, estima-se uma média, por aeronave, de aproximadamente 500 Horas de voo para o exercício 2023/2024, considerando-se a disponibilidade operacional das 05 (cinco) aeronaves Esquilo, bem como a adequada disponibilidade de recursos humanos capacitados nesse aparelho.

5.8. Assim sendo, diante da inviabilidade de relacionarem-se previamente numa lista taxativa, quais das mais de 10 mil peças que compõem o helicóptero serão adquiridas, os componentes EM CONDIÇÕES DE USO a serem fornecidos pela empresa deverá englobar toda e qualquer PEÇA ou COMPONENTE constante do Catálogo Ilustrado de Peças (IPC) das aeronaves modelo Esquilo AS350B2, e a AS355N, ambas fabricadas pela Airbus Helicopters, e operadas pelo CAOP/CGAP/DIREX/PF, alcançando todas as peças para manter a aeronavegabilidade das aeronaves da frota.

5.9. Ao longo da execução do anterior contrato, bem como em contrato similar para aeronaves esquilo, mostrou-se salutar a eventual aquisição de PEÇAS e/ou COMPONENTES, constantes no IPC (Illustrate Parts Catalog) por meio da categoria *EXCHANGE*, prevista no referido instrumento contratual.

5.10. O *EXCHANGE* trata-se de prática comercial no meio aeronáutico, já prevista, para alguns itens no *Price List* do FABRICANTE, e consiste, basicamente, em um procedimento de troca, de um componente inoperante e reparável por outro em condições normais de uso, com pagamento de certo valor em dinheiro, o chamado *ADDITIONAL BILLING*.

5.11. No decorrer das intervenções de manutenção nas AERONAVES, caso haja falha em PEÇA e/ou EQUIPAMENTO nelas instalado, esse item deve ser retirado do aparelho e destinado a conserto, revisão ou descarte, conforme o caso.

5.12. No contexto desses eventos de manutenção, em algumas situações, o serviço de reparo/revisão do componente pode ser realizado por

oficina homologada situada no Brasil. Já em outros casos, a peça deve ser enviada para oficinas homologadas situadas em no exterior, caso não haja oficina nacional homologada, ou seja, tanto em um quanto no outro caso, na ausência de um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO sobressalente no ESTOQUE ESTRATÉGICO, o período de indisponibilidade das AERONAVES corresponderá ao tempo consumido para o restabelecimento da funcionalidade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO.

5.13. Em outros casos, a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado no COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, seu conserto pode se tornar demorado e dispendioso a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público. Dessa maneira, a previsão do *EXCHANGE* é a hipótese de aquisição de um componente EM CONDIÇÕES DE USO menos onerosa e rápida, ao considerar-se o valor da aquisição de um componente novo. Devendo então ser a mesma empresa a fornecedora das peças novas com ou sem *EXCHANGE* nem sempre sendo possível a depender do estado da peça a ser substituída.

5.14. Demonstrada a conveniência do *EXCHANGE* para o interesse público, recomenda-se a previsão dessa modalidade de permuta no edital de licitação, bem como, para sua efetivação, após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas inerentes, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor do COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO.

5.15. No fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES à base de *EXCHANGE*, o procedimento de compra será o mesmo adotado para as demais PEÇAS e COMPONENTES, considerando-se a avaliação para a base de troca no mercado.

5.16. A ocorrência do *ADDITIONAL BILLING* será admitida mediante comprovação por meio de Laudo Técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

5.17. Em vista da particularidade a empresa fornece peças novas e por *EXCHANGE*.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. O contrato de serviço de manutenção dos helicópteros são em separado do contrato de aquisição de peças, devido à imprevisibilidade de desgaste, incidentes, uso forçado das aeronaves em atividades de garimpo, desmatamento, perseguições em assalto a banco ...dentre outras que podem danificar componentes e parar a aeronave no caso de não haver artefato suficiente para suprir a demanda. Neste sentido, após diversos entraves nas contratações e a impossibilidade de prestação do serviço com as aeronaves, o setor técnico sugeriu uma reserva orçamentária para essas contratações extraordinárias, criando o modelo apresentado, o qual consiste:

I - Devido a imprevisibilidade na aquisição de peças, que poderá ser desde um simples parafuso na fuselagem como a troca de um rotor de calda, decidiu-se fazer uma reserva orçamentária para pronto empenho, através de ata de registro de preços.

II - Todo fabricante de aeronave dispõe de um *price list* que estabelece o preço de cada peça/componente para venda no mercado mundial, esclarecendo que toda peça deve ser homologada pelos órgãos competentes para a aeronave específica, provida de código de rastreio (*serial number*) e quando vendida deve ser instalada na aeronave informada;

III - A aquisição dessas peças direto do fabricante não é viável devido à legislação brasileira não ser muito compreendida pelas empresas internacionais que geralmente exige o pagamento adiantado sem a formalização contratual inerente das contratações públicas;

IV - Pelo motivo citado as contratações são de empresas representantes com sede no Brasil ou preposto cadastrado para as operações necessárias, só que para a aquisição de peças há um item assessorio, o qual chamamos de taxa administrativa que envolve gastos tais como: seguro de transporte internacional, frete internacional, desembaraço aduaneiro e demais custos, impostos e tarifas aplicáveis, geralmente utilizando os Termos Internacionais de Comércio - INCOTERMS 2010 - DPU - *Delivered At Place Unloaded* - bem como prever o custo com armazenagem, capatazia, transporte/frete até o local de entrega no Brasil;

V - Para precificar isso, acrescentamos os itens "taxas administrativas" (2, 4 e 6) que são objetos de lances, respeitando o mercado e a estrutura de cada empresa de forma a dimensionar esses gastos e favorecer a disputa na licitação; além desses itens temos os itens com valores que não são objetos de lances (1, 3 e 5), são reservas da administração que serão gastos com itens inicialmente tabelados no mercado internacional (*price list* do fabricante), onerados com a taxa administrativa que foi objeto de lance, conforme disposto abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Quantidade simbólica unitária	valor simbólico Unitário R\$	Valor Máximo de Referência R\$
1	1	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante dos <u>motores</u> das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas de manutenção regular da aeronave.	8.351.280	R\$ 1,00	8.351.280,00
	2	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 1	1	15,99	15,99
2	3	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das <u>células</u> das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N. Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis (DISCREPÂNCIAS), considerando ainda as ATUALIZAÇÕES relativas à navegação.	4.592.000	R\$ 1,00	4.592.000,00
	4	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 3	1	12	12,00
	5	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das <u>células</u> das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N. Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas PROGRAMADAS de manutenção regular da aeronave.	4.627.840	R\$ 1,00	4.627.840,00
	6	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 5	1	12	12,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$					17.571.159,99

VI - Assim, os itens 2, 4 e 6, correspondem às taxas administrativas correspondentes à 15,99%; 12% e 12% respectivamente, ocorre que o sistema ComprasNet tem disponível a licitação por maior desconto ou menor preços e não se amolda ao critério de mercado referenciado na tabela acima, logo, foi feita uma adaptação para possibilitar disputa na taxa administrativa, registrando-a em forma da moeda Real e no final do procedimento, na fase de aceitação e habilitação da empresa, será desconsiderada para efeito de sistema e registrado a valor em percentual, devido pela administração, sobre o *price list*.

VII - Ocorre que o valor da taxa administrativa já está inclusa nos respectivos itens relacionados:

- a) Item 1 - corresponde a R\$ 7.200.000 valor reservado pra peças + R\$ 1.151.280 (15,99%) taxa de administração = R\$ 8.351.280,00 (após a fase de lances será adequado o valor do item 1 conforme o lance na taxa do item 2)
- b) item 3 - corresponde a R\$ 4.100.000 valor reservado pra peças + R\$ 492.000 (12%) taxa de administração = R\$ 4.592.000,00 (após a fase de lances será adequado o valor do item 3 conforme o lance na taxa do item 4)
- c) item 5 - corresponde a R\$ 4.132.000,00 valor reservado pra peças + R\$ 495.840 (12%) taxa de administração = R\$ 4.627.840,00 (após a fase de lances será adequado o valor do item 5 conforme o lance na taxa do item 6)

6.2. Tendo em vista a imprevisibilidade na manutenção das aeronaves, e baseado no Inciso I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes e frequentes, do Artigo 3º do Decreto 11.462/2023, decidiu-se pela viabilidade da contratação por Sistema de Registro de Preços, menor preço, sobre o *Pricelist* da fabricante dos modelos de aeronaves da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal. Para facilitar o registro de preços no sistema, o quantitativo e o valor unitário foram estimados simbolicamente na razão de uma unidade para cada real estimado, arredondando-se para cima valores fracionados, não havendo como estimar quais peças poderão ser danificadas na operação das aeronaves.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Considerando que os preços a serem praticados pelo mercado encontram-se no *Price List* do fabricante, e tendo em vista a dificuldade em definir em uma lista os quantitativos a serem adquiridos, entende-se que a pesquisa de mercado será fundamentada na variação da taxa de administração que seja mais vantajosa para a Administração.

7.2. Considerando a variação de taxas de administração oferecidas na pesquisa de preços, conforme quadro abaixo, foi possível observar uma variação entre 13%, 15,99% e 20%, resultando no desvio padrão de 15,99% (motor) e 12% (menor taxa) para peças de célula, nos valores contratados:

TABELA 02 - VARIAÇÃO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS CONTRATADAS

PESQUISA DE MERCADO E CONTRATAÇÕES SIMILARES DE OUTROS ENTES PÚBLICOS - Item 1 (Motor)			
ÓRGÃO	QTD AERONAVES	TAXA ADMINISTRAÇÃO	VALOR DA CONTRAÇÃO (R\$)
GTA/PE - INEX 16/2022 - UASG 390301	04	13%	2.332.312,01
PMDF- PE 95/2021-UASG 926016	03	15,99%	2.207.850,00
CBM/SC - PE 179/2022 - UASG 927139	02	20%	1.400.000,00

7.3. Considerando-se que, na média de gasto do CAOP/CGAP/DIREX/PF com PEÇAS e COMPONENTES nos últimos 5 (cinco) anos, bem como as aplicações de adicionais para os próximos 12 (doze) meses, além do abastecimento do ESTOQUE ESTRATÉGICO, sob administração do SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF;

7.4. Considerando-se os valores contratados por órgãos que operam aeronaves similares, pode-se notar uma variação de valores por aeronave;

7.5. Considerando a idade, o uso da frota de esquitos, a casuística dos últimos anos e dos contratos anteriores de aquisição de peças aeronáuticas, há sempre a possibilidade de discrepâncias, desgaste ou perda de itens que devam ser substituídos imediatamente para manter a aeronavegabilidade das aeronaves, o que deve ser considerado por aeronave por carência imediata ou pelo histórico dos últimos anos, o que se concluiu pelo quadro que se segue :

I - VALOR DA CONTRATAÇÃO- DISCREPÂNCIAS PENDENTES E PREVISTAS

AERONAVE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR PENDENTE	VALOR PREVISTO	SUBTOTAL	OBS.
PR LEE	MOTOR, CÉLULA E TRANSMISSÃO	R\$1.200.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.500.000,00	*Pendente a inspeção de célula 12 anos
PR HZH	MOTOR, CÉLULA E TRANSMISSÃO	R\$1.000.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.300.000,00	*Pendente itens de atualização de instrumentos de navegação
PT HFA	MOTOR, CÉLULA E TRANSMISSÃO	R\$3.000.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 3.300.000,00	*Pendente módulos 03 e 05 do motor
PR HFC	MOTOR, CÉLULA E TRANSMISSÃO	R\$3.600.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 3.900.000,00	* Pendente modulo 2 dos 02 (motores)
PR HFD	MOTOR, CÉLULA E TRANSMISSÃO	R\$1.000.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.300.000,00	*Pendente itens de atualização de instrumentos de navegação
TOTAL ESTIMADO = R\$ 12.995.000,00					
Com a Taxa de Administração média (15%) = R\$ 12.995.000,00 (doze milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).					

7.6. Considerando-se os valores contratados por órgãos que operam aeronaves similares, pode-se notar uma variação de valores por aeronave. Considerando que no ultimo registro de Preço realizado pela unidade separou-se uma quantia de R\$ 950.000,00 por aeronave, infere-se que uma reserva orçamentária no mesmo valor por aeronave da PF seria adequada à demanda para os próximos 12 (doze) meses, além de estar dentro da média contratada por órgãos com operação de equipamentos similares;

7.7. Pelo exposto, considerando-se uma expectativa de maior utilização das aeronaves e o custo prévio estimado para fornecimento do objeto, conclui-se que o valor de R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais), atenderia à demanda das 05 (cinco) aeronaves operadas pelo CAOP/CGAP/DIREX/PF, visando as inspeções periódicas:

II - VALOR DA CONTRATAÇÃO- INSPEÇÕES PERIÓDICAS

QTD	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
Não Aplicável	Fornecimento de peças sem taxa de administração	Não Aplicável	R\$ 4.132.500,00
Não Aplicável	Taxa de Administração média	13%	R\$ 617.500,00
TOTAL			R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais)

7.8. Isto posto, estima-se para a presente propositura de contratação, o valor de **R\$ 17.571.159,99 (dezesete milhões, quinhentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos)**.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A licitação será dividida em 2 (dois) grupos pois a aviação trabalha com dois tipos de componentes (peças), sendo eles *célula* e *grupo motor*. Isso se justifica pois a fabricação dos componentes da célula é responsabilidade de um determinado fabricante enquanto que o motor é responsabilidade de outro.

8.2. Desta forma existem empresas especializadas no fornecimento de peças para componente (célula e motor), o que eleva a concorrência do certame e como consequência uma considerável redução dos valores ofertados.

8.3. Em relação ao agrupamento dos itens 3 a 6 o setor técnico optou por essa configuração devido a grande probabilidade de uma peça da manutenção ordinária necessitar de outra peça de manutenção extraordinária (imprevisível) e caso isso ocorra e sejam empresas distintas ficaria difícil uma cadeia de responsabilidade em relação a atraso na entrega ou incompatibilidade entre os componentes ou outros imprevistos, sendo mais eficiente a responsabilidade recair sobre uma única empresa.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para operação plena das aeronaves necessita-se das contratações correlatas: de formação de pilotos, combustível, treinamentos periódicos, além da contratação interdependente de serviço de manutenção.

9.2. Atualmente encontram-se vigentes os Contratos n. 14 e 20/2023 para compra de peças do helicóptero Esquilo (Processo SEI n. 08211.002471/2022-01 - 08200.020483/2023-19), mas com saldo bastante comprometido para seguimento das operações.

9.3. Encontra-se vigente ainda o Contrato 19/2020-CGAD/DLOG já em seu 3º Termo Aditivo com a empresa Helistar Manutenção de Aeronaves Ltda. com valor total estimado de R\$ 4.004.999,00 (quatro milhões, quatro mil, novecentos e noventa e nove reais) com a finalidade de contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC para a prestação de serviços de manutenção aeronáutica em Helicópteros com o objetivo de manter as aeronaves da frota da CAOP em plenas condições de aeronavegabilidade.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

10.1. A aquisição de peças para os helicópteros está prevista no Planejamento Estratégico da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP) 2019-2022, PGC 2023 (item 64 e 65), bem como no planejamento para 2023, constante no Processo SEI 08211.006205/2018-62, os quais estão vinculados aos objetivos e as ações estratégicas do Plano Estratégico da Polícia Federal (PF), conforme consta da Portaria nº 4.453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014.

10.2. A Polícia Federal, órgão integrante da estrutura administrativa do Ministério da Justiça, com a finalidade de exercer as competências previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, bem como as previstas nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes, tem como missão exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

10.3. Nesse cenário, conforme IN nº. 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, à Coordenação de Aviação Operacional, órgão subordinado à Diretoria Executiva, compete, dentre outras atribuições, implementar o emprego de apoio aéreo nas ações táticas promovidas pelas unidades descentralizadas.

10.4. Nesse sentido, o Serviço de Manutenção, sendo um dos órgãos componentes da estrutura administrativa da referida Coordenação, atua no sentido de provê-la de aparelhos em pronta disponibilidade operacional, dentre os quais se encontram as aeronaves Esquilos AS350 B2 e AS355N, que compõem o acervo de aparelhos de asas rotativas, sendo o motivo e razão para a existência da demanda para a eventual contratação que se pleiteia a partir desse documento, entendendo-se a realização dos eventos de manutenção aeronáutica essenciais para a continuidade das atividades do CAOP/CGAP/DIREX/PF.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A aquisição de peças para as aeronaves proporcionarão maior atendimento às demandas da Polícia Federal, já que, são componentes vitais para a aeronavegabilidade dos helicópteros, o que aumenta, ainda mais, a relação "demandas atendidas versus custo operacional" (eficácia), desta categoria de aeronaves da Polícia Federal.

11.2. Além disso, a presente aquisição alinha-se com as ações constantes Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Federal aprovado pela Portaria nº 4453/2014- DG/DPF de 16 de maio de 2014:

" 9.4. Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade: Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

9.4.1. Ação Estratégica: Prevenção à Criminalidade: Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

9.4.2. Ação Estratégica: Repressão a Organizações Criminosas: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados." (grifei)

11.3. Não só isso, mas também converge com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS),

instituída pela Lei 13.675/2018:

"5º São diretrizes da PNSPDS:

I - atendimento imediato ao cidadão;

IV - atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública e políticas transversais para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana;

VII - fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica;

XII - ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas;

XX - distribuição do efetivo de acordo com critérios técnicos;

Art. 6º São objetivos da PNSPDS:

I - fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes;

II - apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos;

III - incentivar medidas para a modernização de equipamentos, da investigação e da perícia e para a padronização de tecnologia dos órgãos e das instituições de segurança pública;

VII - promover a interoperabilidade dos sistemas de segurança pública;

VIII - incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços;

XVII - fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção; "(grifei)"

11.4. Pode-se afirmar, especialmente, que o Plano Estratégico da Polícia Federal visa disponibilizar os meios necessários à redução da criminalidade através do apoio aéreo às unidades centrais e descentralizadas, com base nas características das missões, no volume de demandas, na evolução da doutrina de emprego dos meios aéreos e no desenvolvimento de novas tecnologias.

11.5. Em consonância, também, com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que prevê, entre seus objetivos, medidas para a modernização de equipamentos, torna-se primordial elevar a capacidade aérea de resposta da Polícia Federal, auxiliando nas ações de prevenção, controle e fiscalização a crimes transfronteiriços, integração entre os órgãos de segurança pública estaduais e municipais, apoiando, finalisticamente, na manutenção da ordem pública e melhoria no combate permanente ao crime organizado.

11.6. Fomento à **padronização de frota**, o que acrescenta positivamente à segurança operacional e à economia de recursos públicos;

11.7. Custo operacional adequado a aeronaves monomotoras a reator, sem grande impacto orçamentário em custeio;

11.8. Melhoria da capacidade de resposta com **aumento da disponibilidade** de aeronaves;

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída - dará prosseguimento às fases de licitações necessárias para aquisição da aeronave.

12.2. O Estudo Técnico Preliminar será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de Unidade, o Termo de Referência atenderá todas as exigências legais além da aprovação da autoridade competente.

12.3. O procedimento será analisado pela Assessoria Jurídica e após os saneamentos será iniciada a fase externa da licitação.

12.4. Pesquisa de mercado e preços definindo a melhor solução para a contratação, cumprimento de todos os requisitos legais e realização de processo licitatório para as aquisições.

12.5. De acordo com o art. 13 da Instrução Normativa Seges/Me nº 58, de 8 de agosto de 2022, o presente documento não necessita ser classificado, sendo o ETP encartado como anexo do Edital, de consulta pública.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

13.2. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

13.3. Disposições inerentes a critérios de sustentabilidade ambiental de obrigatoria observância pela contratada.

13.4. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, a CAOP/CGAP/DIREX/PF, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

13.4.1. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

13.4.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

13.4.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

13.5. Todo o material será adquirido considerando a IN Nº 01/2010 da SLTI/MPOG, capítulo III, art. 5º I, II, III e § 1º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

13.6. A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Projeto Básico.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. Solução de continuidade no contrato de Serviços de Manutenção;

14.2. Atualização do acervo aeronáutico de asas rotativas

14.3. Disponibilidade dos helicópteros;

14.4. Desaceleração da depreciação do valor patrimonial da aeronave de asa rotativa;

- 14.5.

Suficiência de equipamentos e de recursos aeronáuticos que atendam as demandas internas ou externas da Administração;
- 14.6.

Execução de atividades, gerando impacto positivo na realização de ações e/ou programas de interesse da Polícia Federal e da Sociedade Brasileira;
- 14.7.

Aumento do nível de segurança na operação dos helicópteros;
- 14.8.

Minimização de danos patrimoniais e humanos advindos da execução apropriada de manutenções;
- 14.9.

Aumentar a atuação do meio aéreo-policial por itens adequados/modernos das aeronaves.
15.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
- 15.1.

Entende-se ser a contratação adequada, com as vistas nos itens 1.DESCRICÃO DA NECESSIDADE e 11. RESULTADOS PRETENDIDOS.
- 15.2.

Recomendável, também, em razão dos benefícios e resultados abaixo elencados:

a) **Aumento significativo na disponibilidade de operação.**

b) **Aumento na eficiência** do atendimento a demandas reprimidas, com melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos do Órgão policial.
- 15.3.

A Presente contratação é **VIÁVEL** face às necessidades elencadas nos itens acima.

INTEGRANTES TÉCNICOS	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
<div>HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA</div> <div>Agente de Polícia Federal</div> <div>Mat. 20.454 / Siape 2270235</div> <div>Brasília/DF, 10 de abril de 2024.</div>	<div><i>O presente documento está em conformidade com os requisitos administrativos, ressaltadas as questões técnicas que fogem das atribuições deste servidor, salvo melhor juízo, depreende-se que tal documento contém os elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto.</i></div> <div>LEONARDO TEIXEIRA FABRIS</div> <div>Escrivão de Polícia Federal</div> <div>SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF</div> <div>Brasília/DF, 10 de abril de 2024.</div>

O presente planejamento foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e do objeto das contratações pretendidas, atende adequadamente às demandas formuladas. Os benefícios pretendidos são adequados e os custos previstos são compatíveis com a atividade desempenhada pelo **CAOP/CGAP/DIREX/PF**. Os riscos envolvidos são administráveis, porém, constatou-se que a não contratação das ações demandadas é causa de grande impacto à Unidade (prejuízos administrativos, operacionais e financeiros), motivo pelo qual a área requisitante recomenda o prosseguimento do feito e eu aprovo.

AUTORIDADE MÁXIMA DO CAOP/CGAP/DIREX/PF
<div>GUILHERME LOPES MADDARENA</div> <div>Delegado de Polícia Federal</div> <div>Coordenador de Aviação Operacional</div> <div>Brasília/DF, 10 de abril de 2024.</div>



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA**, **Agente de Polícia Federal**, em 12/04/2024, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 15/04/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34748467&crc=3682208E.
Código verificador: **34748467** e Código CRC: **3682208E**.